



Conselho Nacional de Política Energética – CNPE

MEMÓRIA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Data: 21 de dezembro de 2021

Horário: 15h30

Realizada por meio eletrônico de videoconferência.

1 - ABERTURA

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, José Roberto Bueno Junior, dando início aos trabalhos discorreu sobre os assuntos da pauta, passando, em seguida, a palavra ao Presidente do CNPE, Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que cumprimentou as autoridades participantes por meio eletrônico de videoconferência.

2 – MATÉRIA PARA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO

O Secretário-Executivo do CNPE, de acordo com os termos regimentais, passou a palavra ao Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Econômicos, Hailton Madureira de Almeida, que apresentou proposta de resolução que “Altera a Resolução CNPE nº 15, de 31 de agosto de 2021, que estabelece o valor adicionado pelos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica nos termos da Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que dispõe sobre a desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras”.

Iniciou a apresentação, informando que a modelagem econômico-financeira considerada no novo valor observou as determinações/recomendações do Ministro Relator do Tribunal de Contas da União, Aroldo Cedraz. Esclareceu ainda, que até o presente momento, não houve manifestação do Pleno do Tribunal, podendo, assim, haver alterações nos valores que serão apresentados.

Segundo o Chefe da Assessoria, a proposta define que o valor de R\$ 67 bilhões adicionado pelos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica seja distribuído para 22 (vinte e duas) usinas hidrelétricas da Eletrobras abrangidas pela Lei nº 14.182, de 2021. Destacou que desse valor, devem ser deduzidos R\$ 2,9 bilhões relativos aos créditos incorridos, até 30 de junho de 2017, não reembolsados pela Conta Consumo de Combustíveis - CCC na região norte (sistemas isolados).

Informou ainda, que a Eletrobras pagará à União, a título de bonificação, o valor de R\$ 25,3 bilhões pelas outorgas das usinas hidrelétricas que sairão do atual regime de cotas para o de produção independente de energia e, também, pelos novos contratos de concessão das usinas de Sobradinho, Itumbiara, Tucuruí e Mascarenhas de Moraes.

Finalizando, informou que o montante que será revertido à modicidade tarifária por meio do pagamento a ser efetuado pela Eletrobras ou por suas subsidiárias à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, conforme a proposta ora apresentada, está sendo alterada para R\$ 32 bilhões, gerando uma redução maior nos encargos pagos pelos consumidores.

Na sequência, o Secretário-Executivo do CNPE concedeu um prazo para a leitura da proposta de resolução, passando, em seguida, a palavra aos Conselheiros para apresentação de contribuições.

Ato contínuo, os membros do Conselho aprovaram, por unanimidade, a resolução proposta em conformidade com os termos do Acórdão nº 816 - TCU – Plenário, de 18 de abril de 2018.

O Presidente do CNPE, após a aprovação da resolução, salientou que o Conselho completou uma etapa importante do processo de capitalização da Eletrobras. Destacou que o trabalho foi árduo no sentido de cumprir o cronograma estabelecido e que o aumento dos valores, considerando as recomendações do Tribunal de Contas da União, traz um alívio maior aos consumidores com a redução de encargos e que a capitalização trará investimentos para o setor e para o Brasil.

3 – ASSUNTOS GERAIS

O Secretário-Executivo do CNPE, José Roberto Bueno Junior, fez um relato e deu conhecimento aos membros do Conselho sobre o Acórdão nº 2.838/2021-TCU-Plenário, que trata do processo de desestatização para acompanhamento, nos termos da Instrução Normativa – IN - TCU 27/1998, do 1º Ciclo do Processo de Oferta Permanente de Blocos Terrestres e Marítimos com Risco Exploratório e de Áreas com Acumulações Marginais, com vistas à outorga de contratos de concessão para atividades de exploração, reabilitação e produção de petróleo e gás natural, a ser realizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Na sequência, passou a palavra ao Presidente do Conselho, Ministro Bento Albuquerque, para suas considerações finais.

O Presidente do CNPE, agradeceu os Conselheiros e desejou a todos os presentes um feliz natal e um excelente ano de 2022, com muita saúde, felicidades e realizações.

Com essas considerações, a reunião foi encerrada pelo Secretário-Executivo do CNPE, José Roberto Bueno Junior, com registro do agradecimento a todos os presentes.